



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Curso de Pós-Graduação em Sociologia

DISCIPLINA: Organizações Policiais e Justiça Criminal	CÓDIGO:
--------------------------------------------------------------	----------------

	Carga Horária: 60h	CRÉDITOS: 04
--	--------------------	--------------

EMENTA: A proposta deste curso é apresentar aos alunos um panorama do funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil *vis-à-vis* sistemas norte-americanos e europeus. Para tal, abordaremos uma vasta literatura sobre o tema, cobrindo desde as origens históricas das organizações responsáveis pela manutenção da ordem na sociedade brasileira numa perspectiva comparada, com destaque para alguns temas mais técnicos de policiamento. É bom lembrar que em razão do próprio desenho que o Sistema de Justiça Criminal possui entre nós, discutiremos a ação das polícias e da Justiça, mas também o papel dos promotores, dos juízes e do sistema prisional. Trata-se, portanto, de uma discussão sobre as organizações que as sociedades democráticas dispõem para o controle da criminalidade e da violência, com ênfase nos limites e possibilidades do arranjo institucional existente hoje no Brasil.

PROGRAMA:

O curso está organizado em 15 encontros, sendo que cada qual possui a apresentação de um texto e de perguntas de reflexão. Assim, todas as aulas são iniciadas com a apresentação das perguntas de reflexão (por um aluno) e encerradas com a apresentação de um texto (por outro aluno), permitindo o ativo engajamento de todos os estudantes nas temáticas que orientam o curso. Os temas de cada aluno serão sorteados no primeiro dia de aula.

Como a ideia desta disciplina é dar ao aluno um entendimento mais globalizante de como as organizações que compõem o sistema de justiça criminal operam, os trabalhos escritos deverão contemplar o acesso e a análise de bases de dados (qualitativas e quantitativas) e relatórios disponíveis nos seguintes websites:

Consórcio de Informações Sociais: <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/ListaAcervo.aspx>

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública: <http://www.crisp.ufmg.br/>

Índice Mineiro de Responsabilidade Social: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública: <http://www.forumseguranca.org.br/>

Instituição de Segurança Pública: <http://www.isp.rj.gov.br/>

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>

Núcleo de Estudos da Violência: <http://www.nev.usp.br/>

The program in criminal justice (Harvard Kennedy School):
<https://www.hks.harvard.edu/programs/criminaljustice>

Avaliação: Em todas as atividades será valorizada a capacidade de busca de informação, assim como a propriedade intelectual. Neste sentido, cópias de internet serão rechaçadas, sendo que os alunos serão punidos com a anulação do trabalho, sem qualquer direito à substituição da atividade.

A distribuição de pontos será realizada da seguinte maneira:

Forma de avaliação	Pontuação
Apresentação de texto	20 pontos
Perguntas de reflexão	20 pontos
Análise de dados (funcionamento da polícia)	20 pontos
Análise de dados (funcionamento da justiça)	20 pontos
Análise de dados (tema livre)	20 pontos

Além dos pontos previstos para as atividades avaliativas, serão distribuídos outros 10 pontos extras, a título de participação em sala de aula. A frequência não será utilizada para a atribuição desta pontuação extra, por ser parte da dinâmica das atividades previstas para o semestre.

Conteúdo programático com referências bibliográficas

Aula 1 – Por que precisamos de um sistema de justiça criminal? O papel da criminologia

Garland, David. 2001. “A nova cultura do controle do Crime”. Em A Cultura do Controle.

Coleção Pensamento Criminológico. (Pp. 365-412)

Alvarez, M. C. (2006). Apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises. São Paulo: IBCCRIM (PP.129-151).

Salvatore, R. D., Aguirre, C., & Joseph, G. M. (Eds.). (2001). Crime and punishment in Latin America: law and society since late colonial times. Duke University Press. (Pp. 1-32)

Fischer, B. M. (2008). “Positivism criminology and paper poverty”. A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. Stanford University Press. (pp. 186-209)

Cerqueira, D., & Lobão, W. (2004). Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. Dados, 2004(2).

Texto para a apresentação: Del Olmo, R. (2004). A América Latina e sua criminologia (Vol. 9). Editora Revan. (Pp. 157-194)

Aula 2 - Para que servem os sistemas de justiça?

- Hagan, J. (1989). Why is there so little criminal justice theory? Neglected macro-and micro-level links between organization and power. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 26(2) (pp. 116-135).
- Bernard, T. J., & Engel, R. S. (2001). Conceptualizing criminal justice theory. *Justice Quarterly*, 18(1) (Pp. 1-30).
- Foucault, M. (2001). *A Verdade e as Formas Jurídicas* (trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais). Rio de Janeiro: Nau. (Pp. 53 a 102)
- Steinberg, A. (1989). "The rise of state prosecution". *The transformation of criminal justice, Philadelphia, 1800-1880*. Univ of North Carolina Press. (Pp. 119 a 171)

Texto para a apresentação: Kant de Lima, Roberto. 2008. "Cultura Jurídica e Práticas Policiais: A Tradição Inquisitorial". In Kant de Lima, *Ensaios de Antropologia e de Direito*. Lumen Juris Editora. Rio de Janeiro

Aula 3 - História das polícias brasileiras

- Holloway, Thomas H. 1997. Caps. 1 e 2. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX*. Ed. FGV. RJ. (Pp. 19-72)
- Leal, Vitor Nunes. 1949. "Organização Policial e Judiciária", Cap. 5. In *Coronelismo Enxada e Voto*. Ed. Alfa Omega. (Pp. 181-219)
- Bretas, M. L. (1997). *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rocco. (Pp. 145-172)
- Bretas, M. L., & Rosemberg, A. (2013). *A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas*. *Topoi* (Rio de Janeiro), 14(26), 162-173.

Texto para a apresentação: Huggins, M. K. (1987). US-supported state terror: A history of police training in Latin America. *Crime and Social Justice*, (27/28), 149-171.

Aula 4 – História da Justiça Brasileira

- Schwartz, S. B. (1979). *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*. Perspectiva. (Pp. 3-55 e 255-295)
- Sadek, M. T. (1995). *A organização do Poder Judiciário no Brasil. Uma introdução ao estudo da justiça*. São Paulo: Idesp/Sumaré.
- Rosenn, K. S. (1984). *Brazil's Legal Culture: The Jeito Revisited*. Fla. Int'l LJ, 1, 1.
- Justo, M. G., & Singer, H. (2001). *Sociology of Law in Brazil: a critical approach*. *The American Sociologist*, 32(2), 10-25.

Texto para a apresentação: Prillaman, W. C. (2000). "Brazil: a shotgun approach to Judicial Reform". *The judiciary and democratic decay in Latin America: Declining confidence in the rule of law*. Greenwood Publishing Group. (Pp. 75-110)

Aula 5 - As origens do policiamento numa perspectiva comparada

Europa

- Monet, Jean Claude. 2001. Caps., 2 e 3, "Nascimento das polícias modernas" e "Os modelos de polícia na Europa". In Monet, J.C. *Polícias e Sociedades na Europa*. EDUSP. SP

América Latina

- Rico, José M.; Chinchilla, Laura. 2006. *Las reformas policiales en América Latina: situación, problemas y perspectivas*. Instituto de Defensa Legal. Cap. 1. *Algunas Lecciones de la Historia*. P.34-45.

Mundo anglo saxão

- Lane, Roger. 1992. "Urban Police and Crime in Nineteenth-Century America". In *Tonry*,

- Michael e Morris, Norval (eds.) *Modern Policing. Crime and Justice, vol. 15*. The University of Chicago Press, Chicago/London: 1-50.
- Reiner, Robert. 1992. *The Politics of the Police*. Cap. 1 pp.11-56. University of Toronto Press. Toronto/Buffalo

Texto para a apresentação: Frühling, H. (2009). Research on Latin American police: Where do we go from here?. *Police Practice and Research: An International Journal*, 10(5-6), 465-481.

Aula 6 – Dilemas do controle das polícias

- Bayley, David. (2001). “O controle da polícia”. Em *Padrões de Policiamento*. Edusp. (Pp.173-201)
- Ianni, Elizabeth Reuss e Ianni, Francis A.J. 1983. “Street Cops and management Cops: The Two Cultures of Policing”. In Punch, Maurice (org.) 1983. *Control in the Police Organization*. The MIT Press. Cambridge/ Massachusetts, London/England: 251-276.
- Reiner, Robert. 2013. Who Governs? Democracy, plutocracy, Science and prophecy in policing. In *Criminology and Criminal Justice* 13(2) 161-180
- Waddington, P.A.J. 1999. “Police (canteen) sub-culture”. In *British Journal Criminology*, v.39, n.2.

Texto para a apresentação: Lemgruber, J., Musumeci, L., Cano, I., Miranda, A. P., & Travassos, S. (2003). Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record. (capítulo 2 – Pp.35-71)

Aula 7 – Efetividade e gestão de processos das organizações policiais

- Braga, Anthony. 2015. “Crime and Policing Revisited”. *New Perspectives in Policing*. Harvard Kennedy School. NIJ.
- Beato, Claudio C.; Silva, Braulio, Tavares, Ricardo. 2008. Crime e Estratégias de policiamento. Dados (Rio de Janeiro). , v.51, p.51 - , 2008.
- Weisburd, David e Neyround, Peter. 2011. “Police Science: toward a new paradigm”. *New Perspectives in Policing*. Harvard Kennedy School. NIJ.
- Eck, J. E., & Maguire, E. R. (2000). Have changes in policing reduced violent crime? An assessment of the evidence. *The crime drop in America*, 207, 228.

Texto para a apresentação: Beato Filho, C., & Ribeiro, L. (2016). Discutindo a reforma das polícias no Brasil. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 16(4), 174-204.

Aula 8 – A polícia em ação: dilemas da consolidação democrática

- Paixão, A. L. (1982). A organização policial numa área metropolitana. *Dados*, 25(1), 63-85.
- Mingardi, G. (1992). Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil. *Scritta Editorial*, 1991. (p. 21-69)
- Paixão, L. A. (1988). Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Vértice. (PP. 168-199)
- Sapori, L. F. (2007). Os desafios da polícia brasileira na implementação da ‘ordem sob a lei’. *RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (coords.). Polícia, democracia e sociedade*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. (Pp. 97-137)

Texto para a apresentação: Paixão, A. L. (1995). O problema da polícia: Violência e participação política no Rio de Janeiro. *Série Estudos*.

Aula 9 – A letalidade policial

- Skolnick, Jerome H. e Fyfe, James J. 1993. *Above the Law: Police and the Excessive Use of Force*. The Free Press. A Division of Mcmillan Inc. N.York/ Toronto/ Oxford/ Singapore/ Sydney. Cap. 5. Pp.89-113
- Daniels, R. (2000). The crisis of police brutality and misconduct in America. *Police brutality: an anthology*. New York: WW Norton & Company, (pp. 240-260).
- Gabaldon, L. G. (1993). Police violence and uncertainty in Latin America: linking the macro-and micro-levels of analysis. *International Criminal Justice Review*, 3(1), 44-59.
- Cruz, J. M. (2016). State and criminal violence in Latin America. *Crime, Law and Social Change*, 66(4), 375-396.

Texto para a apresentação: Neto, Paulo Mesquita (1999). *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p. 129-148, 1999.

Aula 10 – A discricionariedade e o Ministério Público

- Arantes, R. B. (1999). Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista brasileira de ciências sociais*, 14(39), 83-102.
- Arantes, R. B. (2012). Ministério Público à brasileira. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, (59), 24-25.
- Silva, C. A. (2006). Promotores de Justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*.
- Lemgruber, Julita; Ribeiro, Ludmila; Musumeci, Leonarda; Duarte, Thais (2016). *Ministério Público: Guardião da democracia brasileira?*. Rio de Janeiro: CESeC.

Texto para a apresentação: Asensi, F. D., & Pinheiro, R. (2009). A juridicização da saúde e o Ministério Público. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, (63), 113-149.

Aula 11 – Justiça Criminal: abordagens organizacionais

Justiça cerimonial

- Hagan, J., Hewitt, J. D., & Alwin, D. F. (1979). Ceremonial justice: Crime and punishment in a loosely coupled system. *Social Forces*, 58(2), 506-527.
- Vargas, J. D., & Rodrigues, J. N. L. (2011). Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. *Sociedade e Estado*, 26(1), 77-96.

Justiça em linha de montagem

- Blumberg, A. S. (1967). The practice of law as confidence game: organizational cooptation of a profession. *Law and society review*, 15-39.
- Sapori, L. F. (1995). A administração da justiça criminal numa área metropolitana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10(29), 143-157.

Mc Justice

- Bohm, R. M. (2006). “McJustice”: On the McDonaldization of criminal justice. *Justice Quarterly*, 23(1), 127-146.
- Ritzer, G. (1983). The “McDonaldization” of society. *The Journal of American*

Texto para a apresentação: Costa, A. T. M. (2015). A (in) efetividade da justiça criminal brasileira: uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 15(1), 11-26.

Aula 12 – Padrão de decisão judicial

Hagan, J., Nagel, I. H., & Albonetti, C. (1980). The differential sentencing of white-collar offenders in ten federal district courts. *American Sociological Review*, 802-820.

Hagan, John (1975). The social and legal construction of criminal justice: A study of the pre-sentencing process. *Social Problems*, v. 22, n. 5, p. 620-637.

Gottfredson, D. M. (1987). Prediction and classification in criminal justice decision making. *Crime and justice*, 9, 1-20.

Gottfredson, M. R., & Gottfredson, D. M. (1987). Decision making in criminal justice: Toward the rational exercise of discretion (Vol. 3). Springer Science & Business Media (Pp. 1-15, 79-112, 139-170)

Texto para a apresentação: Raupp, M. (2015). As pesquisas sobre o “sentencing”: disparidade, punição e vocabulários de motivos. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 2(2).

Aula 13 – Reforma do sistema de justiça criminal: a questão da prisão provisória

Vergara, J. C. G (2016). Duros contra los débiles, débiles frente a los duros: Las leyes de drogas y el accionar policial. Wilson Center.

Domingo, P., & Denney, L. (2013). The political economy of pre-trial detention. Report. London: ODI.

Langer, M. (2007). Revolution in Latin American criminal procedure: Diffusion of legal ideas from the periphery. *The American Journal of Comparative Law*, 617-676.

Duce, M., Fuentes, C., & Riego, C. (2009). La reforma procesal penal en América Latina y su impacto en el uso de la prisión preventiva. *Prisión Preventiva y Reforma Procesal Penal en América Latina. Evaluación y Perspectivas*. CEJA-JSCA, 13-73.

Vasconcellos, F. B. D. (2008). A prisão preventiva como mecanismo de controle e legitimação do campo jurídico. (Pp. 103-128)

Texto para a apresentação: IDDD (2016). Monitoramento das audiências de custódia em São Paulo.

Aula 14 – Sistema prisional

Lynch, J. P., & Sabol, W. J. (2000). Prison use and social control. *Criminal justice*, 3, 7-44.

Salvatore, R. D., & Aguirre, C. (Eds.). (2010). The birth of the penitentiary in Latin America: essays on criminology, prison reform, and social control, 1830-1940. University of Texas Press. (Pp. 1-43 & 194-223)

Penglase, B. (2008). The bastard child of the dictatorship: The Comando Vermelho and the birth of “narco-culture” in Rio de Janeiro. *Luso-Brazilian Review*, 45(1), 118-145.

Wacquant, L. (2008). The militarization of urban marginality: Lessons from the Brazilian metropolis. *International Political Sociology*, 2(1), 56-74.

Santis Feltran, G. (2012). Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). *Rev. bras. segur. pública* | São Paulo v, 6(2), 232-255.

Texto para a apresentação: Monteiro, F. M., & Cardoso, G. R. (2013). A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 13(1), 93-117.

Atividades programadas para o semestre – com datas

Aula	Temática	Data
	Apresentação dos alunos e palestra com convidado internacional	13/03
1	Por que controlar os criminosos? O papel da criminologia	20/03
2	Para que servem os sistemas de justiça?	27/03
3	História das polícias brasileiras	03/04
4	História da Justiça Brasileira	10/04
5	As origens do policiamento numa perspectiva comparada	17/04
6	Dilemas do controle das polícias	24/04
7	Efetividade e gestão de processos das organizações policiais	08/05
8	A Polícia em ação: dilemas da consolidação democrática	15/05
9	A letalidade policial	22/05
10	A discricionariedade e o Ministério Público	29/05
11	Justiça Criminal: abordagens organizacionais	05/06
12	Padrão de decisão judicial	12/06
13	Reforma do sistema de justiça criminal: a questão da prisão provisória	19/06
14	Sistema prisional	26/06